



“Não há nada que justifique um civil ter 60 fuzis em casa” - Pág. 3



PARTIDO EM ASCENSÃO

PSB pode ser o fiel da balança e se tornar a principal força política em MT nas eleições de 2024

Partido é atualmente a segunda maior força eleitoral do estado ao lado do União Brasil e atrás apenas do MDB - **Pág. 5**

REFORMA TRIBUTÁRIA

Mauro Mendes comemora mudanças no texto da reforma tributaria

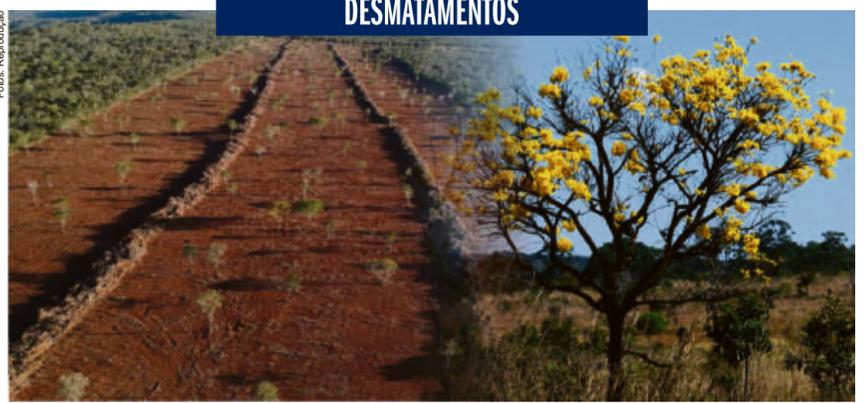


Após se arrastar por mais de 30 anos, finalmente o projeto do sistema tributário brasileiro foi aprovado em duas votações na Câmara dos Deputados onde sofreu mudanças sugeridas pelos governadores - **Pág. 7**

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Profissionais da Semob recebem capacitação para combate à violência familiar Cuiabá - **Pág. 4**

DESMATAMENTOS



Mato Grosso é o estado que menos desmatou áreas de cerrado este ano

Neste primeiro semestre de 2023, o estado de Mato Grosso teve a menor área desmatada ilegalmente no bioma cerrado quando comparado ao ano passado e aos últimos seis anos. A redução foi de 28% com registro de 217 km2 de área desmatada contra os 304 km2 desflorestados no bioma em 2022. A boa notícia na área ambiental em Mato Grosso vem de estudos comparativos feito pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe/Deter) e aponta que há uma diminuição das ações ilegais de produtores rurais para ampliação de áreas de exploração econômica sobre o bioma cerrado mato-grossense.

Os dados foram apresentados pela secretária da Sema-MT, Mauren Lazzaretti, ao secretário Extraordinário de Controle do Desmatamento e Ordenamento Territorial do Ministério do Meio Ambiente e Mudança Clima (MMA), André Lima, em Brasília, nesta terça-feira (04.07), juntamente com secretários de outros estados que possuem o Bioma Cerrado. **Leia mais na página 4**

LDO 2024

Parlamentares aprovam em primeiro turno projeto de LDO do estado para 2024

Pág. 7

Ótima Oportunidade de Negócio

Residencial Parque Pantanal I

Excelente Residencial Para Morar

Localização Privilegiada
Localizado em frente ao Shopping Pantanal, Centro Político Administrativo, supermercados, lojas variadas e principais bancos. Avenidas de fácil e rápido acesso a poucos minutos do centro.

Tudo Para Viver Bem
Apartamento confortável com 99m² - 3 quartos/1 suite. Área de lazer completa com: Quiosques com churrasqueira, freezers, mesas e cadeiras - Piscinas adulto e infantil - Playground para crianças - Quadras poliesportivas - Campo de futebol - Salão de festas - Salão de jogos - Sala de visitas - Academia ao ar livre e Brinquedoteca.

Mais Segurança Para Sua Família
Circuito fechado de TV - Condomínio fechado com elevador social e elevador de serviço - Estacionamento fechado - Guarita - Interfone - Portaria 24 horas.

Preço à Vista
R\$ 620.000,00
100% Financiável pelo Sistema Financeiro da Habitação

Tratar com Maycon
(65) 99285-4204
(65) 3052-6030

CHARGE DA SEMANA

INFLAÇÃO ELEITORAL...

“Ôw Chico, o pessoal da PF disse que essa nota de 2 MIL...”

SÓ VALE 50, !

Popular

Fied.



Miranda Muniz
Oficial de justiça federal, secretário de organização do PCdoB/MT

“É urgente iniciar diálogo institucional da “Fé Brasil” com o PSD, do ministro Carlos Fávaro, o qual juntamente com Neri Geller, de forma decidida e corajosa, conseguiram trazer importantes setores do chamado Agro para a campanha vitoriosa da chapa Lula/Alckmin”

Unidade e amplitude é o caminho da vitória

No último dia 23.07, dirigentes estaduais da federação “Fé Brasil” formada pelo PT, Pcdob e PV, receberam em Cuiabá a visita da deputada federal Gleisi Hoffmann, presidenta do PT e da “Fé Brasil” nacional, onde a discussão principal foi o projeto eleitoral de 2024, em especial, em Cuiabá.

Na ocasião, a deputada Gleisi enfatizou os grandes desafios do governo Lula para reconstruir o Brasil e a importância da unidade, a mais ampla possível, a exemplo do que ocorreu em 2022 e que permitiu derrotar Bolsonaro e eleger Lula presidente. Assim, a participação do “Fé Brasil”, nas disputas de 2024, deve estar em consonância com essa orientação nacional.

Até o presente momento, há 3 pré-candidaturas postas, no seio dos partidos da “Fé Brasil”: o vice-prefeito de Cuiabá José Roberto Stopa (PV), a ex-deputada federal Professora Rosaneide (PT) e o deputado estadual Lúdio Cabral (PT), sendo que até novembro o PT definirá por um dos dois nomes apresentados. Já o PCdoB também iniciará um processo de discussão interna e, provavelmente, também apresentará um nome para a disputa majoritária em Cuiabá.

Importante consenso entre os representantes partidários da “Fé Brasil” foi quanto a legitimidade de cada partido apresentar seus nomes e, de igual modo, que tais pré-candidaturas deveriam evitar ao máximo atitudes fratricidas e ataques mútuos, pois isso fatalmente abalaria a unidade e jogaria água no moinho dos projetos adversários.

O meu partido – o PCdoB – tem o entendimento que o melhor nome a ser escolhido para a disputa representando a “Fé Brasil” é aquele que seja capaz de extrapolar a Federação, aglutinando outros partidos e/ou federações, a exemplo do MDB, PSD, fe-



deração PSOL-REDE, PDT e até o PSB, entre outros que participam do arco de alianças nacional, capitaneado por Lula/Alckmin.

É preciso destacar que PV e PCdoB ajudaram eleger e participam do governo Emanuel Pinheiro (MDB) em Cuiabá. Além disso, o deputado federal Emanuelzinho (MDB) detém grande influência no Governo Lula, inclusive foi escolhido pelo Presidente para ocupar uma das vices lideranças do Governo na Câmara Federal. Portanto, naturalmente, o MDB é um potencial aliado de primeira hora.

Nesse sentido, destaco a proposta feita pela presidenta municipal do PCdoB, Professora Lane Costa, no sentido da Federação estabelecer diálogo urgente com o prefeito Emanuel Pinheiro, sugerindo ações e iniciativas capazes superar falhas e insuficiências administrativas na atual gestão municipal.

De igual modo, como bem lembrou a companheira Gleisi, é urgente iniciar diálogo institucional da “Fé Brasil” com o PSD, do ministro Carlos Fávaro, o qual juntamente com Neri Geller, de forma decidida e corajosa, conseguiram trazer importantes setores do chamado Agro para a campanha vitoriosa da chapa Lula/Alckmin.

Com unidade e amplitude, as forças políticas que dá sustentação ao Governo Lula, certamente sairão vitoriosas, tanto na disputa em Cuiabá, como também nos principais municípios do Estado de Mato Grosso, abrindo perspectivas alvissareiras para a disputa do Governo Estadual em 2026.

Miranda Muniz

é oficial de justiça federal, secretário de organização do PCdoB/MT

EDITORIAL

Fogo é morte, fogo é crime

Em Mato Grosso, o período de proibição de uso de fogo para a limpeza de áreas rurais começou no dia 1º deste mês. Segundo o decreto nº 259/2023 do Governo do Estado, publicado em edição extra do Diário Oficial no dia 05 de maio passado, o período proibitivo de queimadas para manejo de pastagens e limpeza de áreas se estenderá até o dia 31 de outubro. Nesse período, quem causar incêndios e promover a queima de áreas nativas ou não estará cometendo crime.

Para reforçar ainda mais a medida de contenção às queimadas em Mato Grosso, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema-MT) suspendeu completamente a emissão de licenças de queima controlada. Nas cidades, a queima de lixo ou de qualquer material vegetal é proibida durante todo o ano.

O decreto também estabeleceu preventivamente a situação de emergência ambiental entre maio e novembro, levando em conta as previsões dos institutos meteorológicos que apontam que este ano, por causa do fenômeno El Niño, as condições climáticas de seca, baixa umidade do ar e calor intenso serão muito mais rigorosas do que as de anos anteriores.

Em tais circunstâncias, aumenta muito os riscos de incêndios descontrolados, inclusive aqueles de causas espontâneas. O quadro de situação de emergência ambiental permite que o Governo mobilize recursos e pessoal para a prevenção e combate aos incêndios, contratações e aquisições necessárias ao período de alto risco de incêndios florestais.

Para além dos danos ao meio ambiente, com a perda da diversidade biológica das áreas afetadas pelas queimadas e o aumento de emissão dos gases de efeito estufa, as queimadas também geram diversos danos graves para a saúde das pessoas, sejam no campo ou nas cidades. Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) aponta que, mesmo sem queimadas, 90% da população mundial já respira um ar de péssima qualidade.

Um dos estados com maior índice de queimadas durante todo o ano, Mato Grosso tem muito o que perder com as queimadas nesses meses mais secos e quentes do ano. O inverno na região se caracteriza exatamente pelos baixos índices de umidade do ar, pelo calor escaldante e os vetos fortes, o que por si só, já eleva em muito os riscos para a saúde da população.

As queimadas de qualquer origem podem piorar ainda mais a situação, gerando principalmente crises de tosse, falta de ar, aumento de doenças respiratórias, inflamação, diminuição da função pulmonar, aumento da admissão hospitalar e mortalidade, principalmente em pacientes com doenças cardiovasculares e/ou pulmonares, piora dos ataques de asma e até aumento de casos de câncer e mortes, especialmente entre idosos e crianças.

Combater as queimadas, evitar a queima de lixo, ajudar as autoridades a fiscalizar os focos de calor e incêndios são, portanto, atitudes cidadãs de sobrevivência e respeito à vida que devem ser praticadas por todos.

Maykom Milas

EXPEDIENTE

copopular.com.br

DIRETOR Maykon Milas

DEPTO COMERCIAL 3052-6030 / 3052-6031

DIRETORA FINANCEIRA Thayla Moraes

FOTOS Assessoria e divulgação

EDITOR DE ARTE

CHARGE Fred

PAUTA redacaocopopular1@gmail.com
admcpopular1@gmail.com



CIRCULAÇÃO
Cuiabá, Várzea Grande e baixada

Cuiabá-MT - CEP: 78.048-487
Rua I, Nº 105, Edifício Eldorado Hill Office, sala 24 - Alvorada

PINGA
FOGO

Estreia sob fogo

O senador Mauro Carvalho Júnior, que assumiu a vaga do senador licenciado Wellington Fagundes (PL) no último dia cinco, fez sua estreia no Congresso Nacional sob fogo cerrado da votação da Reforma Tributária. Carvalho, em seu primeiro discurso na Tribuna, assumiu a defesa de mudanças substanciais no texto do projeto original para preservar os interesses de Mato Grosso e foi elogiado pelo governador Mauro Mendes (UB). Pelo discurso de estreia, observadores avaliam que Carvalho poderá ser uma das vozes divergentes no Senado em relação a aprovação da Reforma Tributária aprovada pela Câmara Federal já com algumas das mudanças reivindicadas por governadores do Centro Oeste.

"Djuca" de volta



O deputado Juca do Guaraná, que está licenciado do cargo, deve retornar à Assembleia Legislativa nos próximos dias. O parlamentar cedeu o lugar para Valter Miotto e saiu dos holofotes no auge das pressões de adversários que querem tomar-lhe a vaga. Juca do Guaraná se mantém como deputado estadual por força de uma liminar enquanto o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) não decide sobre o recurso que pede o "descongelamento" dos 7.260 votos do ex-prefeito de Chapada dos Guimarães, Gilberto Schwarz de Mello (PL), cuja candidatura foi cassada pelo TRE-MT. Caso a decisão do TSE desfavoreça Juca do Guaraná, quem deve assumir a vaga é o suplente Claudinei Souza Lopes, o delegado Claudinei (PL).

Stopa além da esquerda



O vice-prefeito de Cuiabá, José Roberto Stopa vem acumulando créditos políticos junto às bases populares da periferia de Cuiabá e, de forma discreta, também entre extratos da classe média e setores econômicos influentes na cidade. Responsável pela execução das obras da atual administração, a lista de entregas do vice-prefeito e secretário de Obras tem sido elogiada por extratos cada dia mais amplos da população. Para os analistas políticos, Stopa já consolidou seu nome como o mais palatável - e viável eleitoralmente - da esquerda e centro esquerda na disputa pela prefeitura de Cuiabá em 2024. Segundo estes observadores e cientistas políticos, o vice-prefeito tem ainda a vantagem de atrair apoios de fora do espectro ideológico dos partidos da chamada Federação Fé Brasil, que reúne o PV, PT e PCDoB.

Território em disputa



A disputa entre Mato Grosso e o Pará por uma área de 2,2 milhões de hectares na divisa entre os dois estados, a mais antiga contenda territorial no Brasil, ganhou novos lances que podem reverter o desfecho à favor do povo mato-grossense. O ministro do STF, Luiz Roberto Barroso aceitou a inclusão da Assembleia Legislativa, da Famat e da Prefeitura de Paranaitá, como "Amigos da Corte" no recurso rescisório 2964, interposto pela PGE-MT contra o acórdão da decisão da Ação Civil originária 714 no qual o STF deu ganho de causa ao estado paraense no primeiro julgamento. A primeira decisão do STF prejudica os municípios de Paranaitá, Alta Floresta, Santa Cruz do Xingu, Matupá, Guaratã do Norte, Novo Mundo, Peixoto de Azevedo, Santa Terezinha e Vila Rica.

Caso perdido



O deputado federal Abílio Brunini definitivamente não se corrige e segue firme no propósito de ser eleito o "Meme" do ano no Congresso Nacional. Na semana passada, o parlamentar de extrema direita não se constrangeu em fazer papel ridículo na tribuna da Câmara Federal ao discursar contra o projeto de reforma tributária. Esgurrindo um discurso desconexo com a realidade, recheado de ideias delirantes sobre comunismo, comunistas e relações esdrúxulas entre empresários e socialistas, Abílio garantiu seus cinco segundos de destaque no picadeiro. Para vergonha alheia dos mato-grossenses, o Brasil inteiro se pergunta a cada presepada de Abílio: afinal, quem são os eleitores que elegeram tal figura momesca?

Ministro da Justiça Flávio Dino

“Não há nada que justifique um civil ter 60 fuzis em casa”

Foto: Assessoria



Uma das vozes mais proeminentes do atual governo federal, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, tem a responsabilidade de restabelecer no país a paz e a civilidade das relações entre os cidadãos dos vários segmentos que compõe a sociedade brasileira. Com ideias claras, bem definidas, posições fortes e um discurso objetivo sobre como vê os mais diversos problemas inerentes à sua área de atuação como ministro de estado, Flávio Dino transmite grande confiança no futuro do Brasil e projeta um país pacificado para os próximos anos. Nesta entrevista concedida originalmente ao veículo digital Jota Info, especializado no acompanhamento jurídico e institucional do Brasil, o ministro abordou temas como segurança nas escolas, Amazônia, política de armas, acesso à Justiça, importância da educação, entre outros. Confira a entrevista abaixo editada por nossa redação.

“É falsa a ideia de que essa pauta sumiu do governo. O que sumiu foi a espetacularização do combate à corrupção. (...) O combate a corrupção é, no nosso governo, uma política de estado.”

Da Redação com Jota Info

CO Popular – Um dos mais graves problemas do momento é a onda de terror que assola as escolas do país com seguidos casos de ameaças, agressões e até atentados com vítimas fatais. Como enfrentar este fenômeno e garantir à sociedade que as escolas sejam de fato espaços seguros para as crianças, jovens e educadores?

Ministro Flávio Dino - Precisamos transitar entre o dever de agir, pois é uma demanda social e objetiva, por outro lado não podemos incorrer neste extremismo político de tentar transformar as escolas em presídios de segurança máxima, que é uma contradição ao conceito de escola, que deve ser um espaço de curiosidade, liberdade, fraternidade, esperança e paz. O caminho é fortalecer as políticas públicas de uma forma geral, tanto na dimensão da segurança pública, que são rondas e patrulhas, monitoramento, prevenção, quanto na dimensão pedagógica, porque entre o 8 de janeiro e os ataques nas escolas há uma ligação óbvia, que é o ódio e a violência.”

CO Popular – O senhor tem sido um crítico duro da falta de controle sobre os conteúdos nas plataformas digitais e redes sociais e, com isso, também tem sido alvo de severas críticas, sendo apontado inclusive como defensor da censura e de querer acabar com a liberdade de expressão. Por que o senhor defende a regulação da comunicação na esfera digital?

Ministro Flávio Dino - Os principais defensores de uma regulação democrática devem ser os defensores da liberdade de expressão. Há uma tentativa de colocar como se fosse uma contradição: ou você defende a regulação ou a liberdade de expressão e não é assim de forma alguma. Qual o espaço máximo de privacidade que temos? A nossa casa. E a nossa casa tem múltiplas regulações jurídicas: a leis trabalhistas, ao Código Civil, ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Privacidade e intimidade têm regras e regulação, mas a internet não e não quer ter. A internet pode ser o único espaço de interação e interrelações mais desregulado que existe no planeta em nome da privacidade e da liberdade do indivíduo? Isto não se sustenta nem lógica, nem juridicamente. Espero que cheguemos a um modelo que contenha responsabilidade.

CO Popular – A questão do combate à corrupção praticamente sumiu dos noticiários nestes primeiros meses do governo. Não há interesse do atual governo nesta pauta?

Ministro Flávio Dino - É falsa a ideia de que essa pauta sumiu do governo. O que sumiu foi a espetacularização do combate à corrupção. Quando combatemos os garimpos ilegais na Amazônia, o contrabando de ouro, de armas, de drogas, estamos falando de combate a corrupção. Quando adotamos medidas de proteção aos Yanomami, estamos combatendo a corrupção e os desvios de recursos da saúde. Quando tomamos medidas de reforço para a atuação da Polícia Federal, estamos falando de combate a corrupção. Então, o combate a corrupção é, no nosso governo, uma política de estado.

CO Popular – O Brasil viveu no dia 8 de janeiro um dos episódios mais trágicos

desde o fim da ditadura militar. A que o senhor atribuiria esse clima de guerra civil que se instalou no país?

Ministro Flávio Dino - Nunca vi uma conjuntura tão desafiadora social e institucionalmente. Cíclicamente, vivemos tempos de extremismo no mundo. E isso se dá, normalmente, em tempos de crise econômica, perplexidades daí derivadas e disputas de hegemonia, que é uma moldura contextual muito similar à que temos agora. Não foi apenas no Brasil que a eleição foi decidida por uma pequena minoria. A internet deu um tempero especial a isto, acirrou este processo, em função da sua própria natureza e grande permeabilidade instantânea. Eu entendo que o modo como o binômio informação-desinformação ganhou aceleração, propiciou o extremismo que temos visto ameaçar as democracias mundo afora. No Brasil, os últimos dez anos foram de intensa disputa política e foi assim que chegamos no 8 de janeiro, lamentavelmente.”

CO Popular – O senhor tem se posicionado a favor do recolhimento de armas e a restrição do seu comércio para os cidadãos. O que vai mudar, de fato, na questão da posse e porte de armas por civis no Brasil?

Ministro Flávio Dino - Tivemos um liberalismo geral que fez com que houvesse a constituição de autênticas milícias privadas e desvio de armas. Não há nada que justifique um civil ter 60 fuzis em casa, isso é quase equivalente a um batalhão de polícia militar. Estamos debatendo, em um processo participativo, para encontrar uma regulação intermediária, em que nós respeitemos a lei, que permite, em algumas situações, que o cidadão tenha posse e/ou porte, mas isso não de modo banalizado. Estamos defendendo o monopólio legítimo do uso da força do Estado. O decreto não será proibitivo, mas restritivo.

CO Popular – Uma das principais justificativas para armar a população civil é a incapacidade do estado de garantir a segurança do indivíduo e de sua família. O que Ministério da Justiça está fazendo para reverter esse quadro de insegurança da população?

Ministro Flávio Dino - Primeiro pilar das nossas ações é investir o máximo que pudermos e fazermos com que esse dinheiro renda e seja efetivo, cumprindo com eficiência e economicidade a sua destinação. Por outro lado, trabalhamos para assegurar a integração das várias forças de segurança, fortalecendo o conceito do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), o que já vem sendo implementado na Operação Escola Segura, cuja atuação é em rede. E em terceiro lugar, passamos a usar muita inteligência para balisar as operações. Além do Pronasci, que é um programa que destina-se a articular ações de segurança pública voltadas para a prevenção, controle e repressão da criminalidade e por meio de políticas sociais e medidas de proteção às vítimas com a promoção dos direitos humanos, intensificando uma cultura de paz, de apoio ao desarmamento e de combate sistemático aos preconceitos de gênero, étnico, racial, geracional, de orientação sexual e de diversidade cultural. Porque não se faz segurança sem polícia, mas também não se faz só com polícia.

CO Popular – A Amazônia Legal sempre foi considerada um território violento, on-

de a presença do estado não se faz sentir como deveria. Qual é a política de segurança que o atual governo pretende desenvolver na região?

Ministro Flávio Dino - O elemento chave da Amazônia é compreender que são nove estados da Amazônia Legal. São quase 6 milhões de metros quadrados, portanto, uma porção bastante expressiva do mundo, não só do Brasil e é preciso ter presença, que é o elemento vital. Nós vimos isso com os Yanomami. Como que se formou uma ocupação com 15 mil garimpeiros no território Yanomami e ninguém viu ou fingiu que não viu? Como 500 crianças foram vítimas de genocídio nos últimos anos e ninguém viu ou fingiu que não viu? Então, é ausência de quê? De agentes públicos que estivessem lá no território e evitassem isso. Estamos terminando um novo plano de segurança na Amazônia, chamado AMAS – Amazônia Mais Segura, sustentável e soberana. Nós estamos buscando recursos do Fundo Amazônico, pelo BNDES. Apresentei às autoridades da Noruega, que são os principais financiadores do Fundo Amazônico e estou otimista que vamos conseguir recursos para ampliar presença, fazer mais bases fluviais, mais bases terrestres, ter mais helicóptero, mais avião. Ter mais policiais, mais presença das Forças Armadas.

CO Popular – Um indivíduo só pode ser um cidadão pleno se tiver igualmente pleno acesso a todos os serviços públicos, incluindo a Justiça, o mais seletivo dos serviços obrigatórios do estado. Como resolver a questão das barreiras que restringem o acesso à Justiça pelas camadas mais pobres da população?

Ministro Flávio Dino - Existem dois pilares fundamentais no acesso à Justiça: o primeiro, é a resposta em tempo adequado. De outro lado, tem o elemento da seletividade. O Poder Judiciário se expandiu muito. O sistema de Justiça se expandiu muito nos últimos anos, mas isso não significou necessariamente que grupos mais vulneráveis pudessem ter efetivamente acesso. Então, o secretário Marivaldo tem um pilar fundamental que é a Justiça antirracista, justiça para as mulheres vítimas de violência. Estamos formulando algumas ideias em torno desses conceitos de que a Justiça para ser boa, tem que ser rápida. E, por outro lado, essa ideia de que grupos subalternizados historicamente devem estar na frente de uma política pública de ampliação de acesso.

CO Popular – Na sua visão, qual o papel da educação para a construção de uma sociedade menos violenta, mais inclusiva e socialmente justa?

Ministro Flávio Dino - Vejo como o principal instrumento para a superação de todos os desníveis e fossos sociais que produzem os guetos e promovem as segregações que estão na raiz de toda violência. É nosso dever como educadores e educadoras cuidar de nossos tesouros, nossas crianças, nossos jovens, para que não sejam contaminados pelo desespero, pela desesperança, pela perda de perspectiva, pois é isso que alimenta a violência. Valorizo o espaço educacional como o espaço de prevenção à violência. É a catequese da vida contra os arautos da morte.

DESMATAMENTOS

Mato Grosso é o estado que menos desmatou áreas de cerrado este ano

Segundo informações coletadas pelo INPE, nos últimos seis de 2023, o estado reduziu o desflorestamento na região de cerrado em 28%

Da Redação

Neste primeiro semestre de 2023, o estado de Mato Grosso teve a menor área desmatada ilegalmente no bioma cerrado quando comparado ao ano passado e aos últimos seis anos. A redução foi de 28% com registro de 217 km² de área desmatada contra os 304 km² desflorestados no bioma em 2022. A boa notícia na área ambiental em Mato Grosso vem de estudos comparativos feito pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe/Deter) e aponta que há uma diminuição das ações ilegais de produtores rurais para ampliação de áreas de exploração econômica sobre o bioma cerrado mato-grossense.

Os dados foram apresentados pela secretária da Sema-MT, Mauren Lazzaretti, ao secretário Extraordinário de Controle do Desmatamento e Ordenamento Territorial do Ministério do Meio Ambiente e Mudança Clima (MMA), André Lima, em Brasília, nesta terça-feira (04.07), juntamente com secretários de outros estados que possuem o Bioma Cerrado.

"Mostramos que a estratégia de fiscalização e eficiência no licenciamento de Mato Grosso resultou na menor taxa de desmatamento do Cerrado dos últimos seis anos e, além da redução dos alertas, aumentamos significativamente a legalidade no bioma", destaca a secretária.



Cerrado de Mato Grosso ocupa áreas cobiçadas pelo agronegócio e sofre forte pressão de desmatamentos ilegais

Conforme a gestora, com a abertura de diálogo com o Ministério, será possível planejar e executar ações conjuntas entre os estados e o Governo Federal para a proteção do Cerrado. No entanto, ainda há muito a ser feito para que Mato Grosso saia do topo da lista dos estados que mais desmatam em todos os seus biomas. O mesmo estudo do Inpe/Deter, mostrou que os desmatamentos autorizados para a abertura de novas áreas para a atividade produtiva aumentou 11,3% no primeiro semestre de 2023.

No ano passado, 35,6% da área desmatada teve autorização ambiental e, neste ano, 46,3% da atividade é legal, segundo o cruzamento de dados de autorizações realizado pela Coordenadoria de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental (CGMA) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema-MT).

Fiscalização ambiental

No primeiro semestre foram aplicados R\$ 39,6 milhões em multas ambientais por ilegalidades praticadas no Bioma Cerrado, em 42 operações presenciais. Com imagens de satélite de alta resolução, foi possível aplicar 49% das multas de forma remota e 51% com operações em campo.

"A Sema autou e embargou mais de 15 mil hectares, o que supera os 11 mil que tiveram alerta de desmate pelo Inpe/Deter. Nossa resposta aos ilícitos ambientais tem sido contundente e imediata, com o aprimoramento contínuo das estratégias de fiscalização e uso de tecnologia para identificar de forma rápida o desmatamento, e frear o dano ambiental ainda no início", afirma Mauren.

Para o Cerrado de Mato Grosso, a legislação exige a preservação de 35% da propriedade rural. Entre os municípios que mais desmataram no período estão Comodoro, em primeiro lugar, com 90,4% da abertura de áreas com autorização ambiental, e Nova Marilândia, com 91,1% de legalidade.

Dados do Deter/Inpe

O Deter é um levantamento rápido de alertas de evidências de alteração da cobertura florestal na Amazônia feito pelo Inpe. Foi desenvolvido como um sistema de alerta para dar suporte à fiscalização e ao controle de desmatamento e da degradação florestal realizadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e demais órgãos de gestão ambiental.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Profissionais da Semob recebem capacitação para combate à violência familiar Cuiabá



Ação intersecretorial: a iniciativa visa formar agentes da Semob para atuarem como reforço nas medidas de proteção às vítimas de violência doméstica na capital

Da Redação

O projeto Mãos Amigas, idealizado pela Secretaria da Mulher, formou na semana mais um grupo de servidores da Secretaria de Mobilidade Urbana (Semob) para atuarem nas ações de reforço ao combate à violência doméstica e familiar na capital. Os agentes profissionais de trânsito e transporte foram preparados para identificarem e agirem de forma correta nos casos de violência doméstica e familiar.

Durante o treinamento, também foram abordados temas relacionados à Lei Maria da Penha e aos mecanismos de assistência e denúncia contra a violência doméstica disponibilizados pela Prefeitura de Cuiabá, atendendo a uma solicitação da primeira-dama, Marcia Pinheiro.

A secretária-adjunta da Mulher, Elis Regina Prates, ressalta que o projeto visa multiplicar informações para a identificação de mulheres envolvidas no ciclo da violência. Ela menciona a importância de realizar palestras desse tipo para que as pessoas conheçam a rede de enfrentamento e sejam capazes de identificar as vítimas, encaminhando-as para atendimento adequado.

Este trabalho vem sendo realizado em diferentes locais, como órgãos públicos, empresas, aeroportos, rodoviárias, escolas, entre outros, pois a violência contra as mulheres é uma pandemia que está presente em todos os lugares.

"É necessário aproveitar todas as oportunidades para disseminar informações e acabar com essa violência", afirma a secretária.

O secretário de Mobilidade Urbana, Juarez Samaniego, avalia que o projeto Mãos Amigas contribui para agregar conhecimentos aos profissionais da área, uma vez que os agentes de trânsito da pasta têm contato direto com o público e podem auxiliar na identificação de possíveis casos de violência contra as mulheres.

Samaniego destaca ainda a importância das políticas públicas para mulheres, da inserção das mulheres no ambiente de trabalho e lembra que as consequências da violência doméstica extrapolam o ambiente familiar e atingem os espaços de trabalho e de convivência comum externa aos lares, sendo assim, um problema que diz respeito a sociedade como um todo.

A Secretaria da Mulher sempre tem prestado atuado para ampliar as ações de prevenção e combate a todo tipo de violência contra as mulheres. Após um pedido da primeira-dama, Marcia Pinheiro para que outras secretárias também participasse do esforço para a redução de crimes contra as mulheres, foi pensado o projeto "Mãos Amigas". O programa busca integrar ações intersecretoriais para que as secretárias municipais ofereçam um serviço especializado e digno às vítimas de violência doméstica.

DEFENSORES PÚBLICOS

Associação das Defensoras e Defensores Públicos de MT completa 24 anos de lutas e conquistas



Da Redação

A Associação Mato-grossense das Defensoras e Defensores Públicos (AMDEP-MT) completou no início deste mês de julho, 24 anos de fundação. A data é um marco nas lutas e conquistas da categoria e se constitui ainda em um momento de comemoração e reflexão sobre os caminhos percorridos e a percorrer pela instituição Defensoria Pública em Mato Grosso.

Considerada uma das mais combativas e proativas organizações de defensoras e defensores públicos, a AMDEP foi fundada cinco meses após a instalação oficial da Defensoria Pública no estado. Vale destacar que, apesar dos marcos legais de criação da Defensoria Pública no Brasil e no estado sejam respectivamente a Constituição de 1988 e a promulgação da Constituição Estadual, em 05 de agosto de 1989, na prática, a instituição só foi instalada formalmente 10 anos depois, em 24 de fevereiro de 1999.

Em julho daquele ano, um grupo de defensores e defensoras formalizou a criação da AMDEP para reforçar a união da categoria, promover a luta por melhorias na estrutura de trabalho, pela preservação e respeito de suas prerrogativas e independência, além de atuar na proteção de seus direitos enquanto carreira de estado e pela valorização da própria instituição DPMT.

Nestes 24 anos de atuação, a AMDEP anoutou uma longa lista de importantes conquistas em prol das defensoras e defensores, bem como, por extensão, para a própria sociedade mato-grossense. A própria instalação da Defensoria Pública se insere entre as conquistas históricas mais importantes da categoria ainda em sua fase "embrionária", quando seus primeiros integrantes atuavam dentro da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado. Uma conquista que

A presidenta da AMDEP-MT, defensora Janaina Osaki diz que tem orgulho das duas décadas e meia de história da entidade e seus filiados na busca do fortalecimento e defesa dos direitos e garantias da categoria que está à serviço da população mais carente

levou uma década para se materializar e cujos resultados positivos continuam sendo produzidos diuturnamente deste então pelo trabalho incansável de defensoras e defensores espalhados pelas várias comarcas.

Para a presidenta da AMDEP, defensora Janaina Osaki, com o apoio de defensoras e defensores Associação está consolidada e conquistou a credibilidade da categoria por meio do trabalho realizado das diversas diretorias da entidade desde a sua criação.

"Vivemos nestes 24 anos de fundação da AMDEP muitos momentos decisivos, vimos muitas batalhas que eram consideradas impossíveis serem vencidas pela nossa associação. Assistimos às profundas transformações que a união, a força e a dedicação da categoria promoveram na aplicação da Justiça, na defesa dos direitos dos cidadãos mais carentes, na própria organização das defensoras e defensores. Então, temos orgulho de fazermos parte dessa trajetória e de contribuirmos, neste momento em que estamos dirigente desta valorosa entidade, para estas conquistas passadas e as que ainda virão e que pertenceram a todas e todos", disse Janaina Osaki.

PARTIDO EM ASCENSÃO

PSB pode ser o fiel da balança e se tornar a principal força política em MT nas eleições de 2024

Partido é atualmente a segunda maior força eleitoral do estado ao lado do União Brasil e atrás apenas do MDB

Da Redação

Com uma bancada de quatro deputados na Assembleia Legislativa, mais de uma centena de vereadores e uma dezena de prefeitos e prefeitas, o PSB é hoje a terceira maior força eleitoral em Mato Grosso. Os deputados Max Russi, Fábio Tardin, Doutor Eugênio e Beto "2 a 1" Machado são os rostos mais conhecidos entre os eleitores mato-grossenses e formam a bancada do partido na Assembleia Legislativa.

Sob o comando do deputado estadual Max Russi, uma liderança em ascensão entre



Deputado Max Russi, presidente do PSB em Mato Grosso terá nas eleições municipais de 2024 a chance colocar seu partido como a maior força eleitoral individual do estado

zer alguns nomes para disputar as eleições municipais, e temos várias opções. Na capital, com certeza o PSB irá oferecer opções de nomes à escolha do povo cuiabano. O deputado Beto Dois a Um, e o secretário Alan Kardec estão credenciados a conduzirem os debates internos no partido sobre a construção das candidaturas, junto com os vereadores Dídimo e Joelson. Eles serão os responsáveis pela construção destas chapas para a disputa à prefeito e vice, além da chapa de vereadores", lembrou Russi.

Em Rondonópolis, outro colégio eleitoral importante do estado, Max Russi aponta que o prefeito da cidade, Zé Carlos do Pátio, que é do partido, vem realizando uma gestão que é destaque pela eficiência e impacto da transformação social e estrutural da cidade. O deputado afirma que o prefeito e seu grupo já estão articulando a sucessão e deve colocar um nome capaz de assegurar a vitória e fazer a maioria dos vereadores naquele importante município do sul do estado. O mesmo ocorre em Jaciara, outra cidade sob o comando do PSB.

O deputado sempre destaca em seus discursos e entrevistas que o PSB está aberto ao diálogo com todas as forças políticas do estado visando a construção de alianças democráticas que buscam promover o desenvolvimento equilibrado e sustentável dos municípios, gerando qualidade de vida, emprego, renda e contribuindo para o crescimento do estado. "Somos um partido de diálogo, propositivo, democrático, inclusivo. Queremos o desenvolvimento e trabalhamos para isso. Então, vamos seguir nesse caminho, conversando com todos para formar parcerias com aqueles que pensam nesta mesma direção e tem princípios e projetos semelhantes aos nossos para disputar as eleições do ano vem".



Deputados estaduais Beto Dois a Um, Fabinho e Dr. Eugênio e secretário de estado Alan Kardec: nomes do PSB que podem encampar candidaturas à prefeito e fazer história



O prefeito Zé Carlos do Pátio ladeado pelo ministro Flávio Dino e pelo presidente nacional do PSB Carlos Siqueira: sucesso da gestão de Rondonópolis acumula força política e prestígio com potencial de elevar partido a patamares ainda mais altos no cenário político do estado

os políticos com mandato no estado, o PSB transita em uma faixa ideológica que vem permitindo ao partido absorver uma gama cada vez maior de votos de eleitores que não se alinham nem à esquerda e nem à direita.

Nas eleições de 2020, por exemplo, o PSB já assumia a posição de terceira maior força eleitoral regional ao eleger nada menos que 142 vereadores do partido no estado seguindo de perto os 181 do MDB e os 201 cargos obtidos nas urnas pelo DEM/União. Naquela eleição, o PSB elegeu ainda 12 prefeitos e prefeitas, enquanto o MDB fez 18 prefeituras e o DEM/União conquistou 21 cargos de Chefes de Poder Executivo Municipal.

Nas eleições de 2022 para a Assembleia Legislativa, a Câmara Federal, o Senado e ao Governo do Estado e Presidência da República, a estratégia eleitoral do PSB para seguir ampliando a sua força eleitoral funcionou apenas em parte. O partido acertou na campanha para o Legislativo Estadual e conquistou mais cadeiras naquela Casa, mas falhou ao perder a cadeira que tinha na Câmara Federal e em não conseguir manter a candidatura da legenda ao Senado da República.

É consenso entre os analistas políticos de que parte desse fracasso do PSB em 2022 deve ser atribuído ao modelo de eleição proporcional e às novas regras para as coligações. Entre os cinco candidatos à Câmara Federal mais votados e não eleitos em Mato Grosso, dois pertencem ao PSB, Dona Neuma, Alan Kardec, enquanto os demais pertencem aos partidos PT, PSD e PTB.

Por sua vez, a regra das federações acabou por inviabilizar também a candidatura ao Senado da República da médica Natasha Silhessarenko pela legenda socialista devi-

do ao "congestionamento" de candidaturas dentro da federação. Com a indicação de Geraldo Alkmin como vice de Lula na chapa presidencial, o PSB de Mato Grosso se viu impedido de forjar alianças nas proporcionais fora da Federação Fé Brasil, capitaneada pelo PT em conjunto com o PV e o Pcdob que já tinha definido seu candidato ao senado com Nery Geller, do PP.

Mesmo com esta "barbearagem" da cúpula do partido, o desempenho nas urnas surpreendeu na eleição passada, deixando o PSB com muito prestígio e em posse de um espólio eleitoral que o cacifa a ocupar lugar de destaque entre os cabeças de chapa que disputarão as eleições municipais de 2024, especialmente nos municípios polos como Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis, Sinop, Cáceres, Sorriso, Primavera do Leste, Barra do Garças e Alta Floresta.

Para o deputado Max Russi, que dirige o partido em nível estadual, o PSB está preparado e vai disputar de igual para igual com outras legendas as prefeituras mais importantes do estado. Russi lembrou que, em Cuiabá, por exemplo, os nomes dos colegas deputados Beto "2 a 1" Machado e do atual secretário de Ciência e Tecnologia do Estado, Alan Kardec "são fortes e capazes de capitanearem uma chapa competitiva" para a disputa ao Palácio Alencastro, segundo o parlamentar, a construção das chapas para disputar as eleições municipais de 2024, em Cuiabá, será responsabilidade dos deputados estaduais, Beto Dois a Um, e Alan Kardec.

"O PSB tem força na capital, e também em muitas cidades do interior onde estamos organizados. Então nós temos condições de tra-

MT.GOV.BR

O GOVERNO DE MT ASSUMIU A SAÚDE PÚBLICA DE CUIABÁ

A pedido do Ministério Público, por decisão da justiça e parecer do Tribunal de Contas

SAÚDE

Dr. Lucas Gasparetto
Médico da UPA Verão

Em apenas três meses o Governo de Mato Grosso:

- Contratou mais 120 médicos
- Convocou 137 aprovados em concurso
- Abasteceu as farmácias de todas as unidades
- Reativou 27 leitos de UTI e 35 de enfermaria
- Retomou exames parados
- Aumentou em 50% a realização de cirurgias eletivas e urgentes

Se você está na fila esperando por algum procedimento, atualize seus dados. Precisamos localizar você.

FALE COM A REGULAÇÃO:
(65) 3614-5548

Agência gerenciada via WhatsApp

GABINETE ESTADUAL DE INTERVENÇÃO NA SAÚDE DE CUIABÁ

Giuliana Altimari

65 9.9641-0281
giu.megapop@gmail.com



OBSTÁCULOS E DIFICULDADES FAZEM PARTE DA VIDA. E A VIDA É A ARTE DE SUPERÁ-LOS. MESTRE DeROSE

Chapada Fashion 2023 foi sucesso absoluto é a moda abraçando as causas solidárias. Deixo os parabéns a primeira dama Hélia Mello e ao prefeito de Chapada Osmar Froner pelo empenho e dedicação.



REFORMA TRIBUTÁRIA

Mauro Mendes comemora mudanças no texto da Reforma Tributária e vai brigar por mais alterações no Senado

Após se arrastar por mais de 30 anos, finalmente o projeto do sistema tributário brasileiro foi aprovado em duas votações na Câmara dos Deputados onde sofreu mudanças sugeridas pelos governadores

Da Redação

O governador de Mato Grosso, Mauro Mendes (UB), comemorou a aprovação do projeto de reforma do sistema tributário brasileiro pela Câmara Federal na noite do dia 06. A alegria do governador se justifica pela inclusão de algumas mudanças no texto original do Governo Federal contemplando algumas de suas reivindicações. Mendes disse em um vídeo compartilhado nas redes sociais e grupos de whatsapp, que agora vai lutar para outras alterações sejam inseridas na proposta durante a sua tramitação no Senado da República.

Entre as mudanças ainda almeçadas por Mendes estão a inclusão de uma "trava" que impeça o aumento de alíquotas dos impostos no curto e médio prazo. Mendes destacou que a proposta que foi aprovada não especifica quais serão as alíquotas tributárias, brecha que possibilita um aumento de impostos futuro.

"O custo do Estado brasileiro não está diminuindo e toda hora o Congresso tem uma despesa a mais. Deveríamos estar discutindo, com a reforma tributária, a reforma administrativa, porque senão, na prática, vai aumentar o custo do Estado e quem vai pagar a conta é o cidadão. Se não estamos, nesse momento, debatendo como reduzir e tornar o Estado eficiente, pode ter certeza que no médio prazo vamos pagar mais impostos", explicou.

Dessa forma, a solução é que o texto da reforma tributária fixe como base a carga tributária praticada em 2022. Assim, o Congresso garante que a população não seja tão prejudicada com aumento de impostos futuros.

"Fica o desafio para que os parlamentares coloquem no texto constitucional a previsão de que a carga tributária não pode aumentar, e se o Estado brasileiro tiver dificuldade de se financiar, que ele promova a re-



Mauro Mendes sugeriu que o texto da reforma tributária, que deve ser votado pelo Congresso Nacional, contenha uma trava para proibir o aumento de impostos

forma administrativa e reduza seu custo, porque o cidadão não aguenta mais pagar impostos", acrescentou.

O governador ainda reforçou que isso deve ser feito com discussões mais aprofundadas, agora no Senado. Durante uma entrevista a uma rádio, Mauro ainda chegou a defender o adiamento da votação da Câmara fosse adiada para o segundo semestre. Mas, o argumento ficou perdido com a decisão levada a cabo pelo presidente da Câmara, deputado federal Arthur Lira de liquidar a fatura e passar a discussão sobre os detalhes mais "espinhosos" do texto da reforma para os Senadores.

O presidente da Câmara, argumentou que "o Brasil precisa de uma nova legislação tributária. Sem ela, o país não avança. O momento é de diálogo e de acolhermos as sugestões de governadores, prefeitos e da sociedade. Mas, precisamos avançar, o Brasil é maior que todos nós. Vou continuar trabalhando para a Câmara

dos Deputados aprovar gora o PL do Carf, o do arcabouço fiscal".

Durante toda a semana que passou em Brasília, o governador Mauro Mendes esteve ao lado do deputado Fábio Garcia, que deve assumir a Casa Civil esta semana, e se reuniu com o deputado Aguinaldo Ribeiro, relator da PEC tributária, numa pressão constante para que suas sugestões de alterações no texto fossem incluídas no projeto que foi à votação.

O governador contou como foram estas conversas com o relator da Reforma Fiscal. "Ontem tivemos novamente uma conversa com ele e ele nos garantiu que iria algumas das reivindicações apresentadas pelo estado de Mato Grosso. Falei com ele (Aguinaldo), tínhamos testemunhas. Na hora liguei para o governador, Eduardo Riedel do Mato Grosso do Sul que tem reivindicações muito semelhantes à do estado de Mato Grosso. Fizemos com ele uma conferência de alguns minutos no viva voz, e ele novamente reafirmou esse

compromisso de acatar as nossas sugestões, o que de fato ocorreu".

A aprovação do texto

O texto da Reforma Tributária foi aprovado na Câmara Federal por uma votação bastante folgada, acima dos 370 votos nas duas votações. A retirada da tributação sobre os produtos de cesta básica, a inclusão de um prazo de 7 anos de transição para a extinção dos atuais impostos, a garantia de redução de alíquota dos IVAs sobre insumos agrícolas e de saúde, por exemplo, foram apontados como essenciais para que a proposta recebesse a votação expressiva registrada.

No primeiro turno o placar foi de 382 a 118, já no segundo turno, a proposta foi aprovada por 375 a 113 votos.

A maioria da bancada de deputados federais de Mato Grosso, no entanto, votou contra o projeto da Reforma Tributária. Apenas os deputados Emanuelzinho (MDB) e Fábio Garcia (UB) votaram favoravelmente a proposta que prevê unificar cinco impostos: IPI, PIS e Cofins, que são federais; ICMS, que é estadual, e o ISS, que é municipal.

Os Deputados federais de Mato Grosso votaram assim:

1º turno

Abílio Brunini (PL) - Não
Amália Barros (PL) - Não
Coronel Assis (União) - Não
Coronel Fernanda (PL) - Não
Emanuelzinho (MDB) - Sim
Flavinha (MDB) - Não
Fábio Garcia (União) - Sim
José Medeiros (PL) - Não

2º turno

Abílio Brunini (PL) - Não
Amália Barros (PL) - Não
Coronel Fernanda (PL) - Não
Coronel Assis (União) - Não
Flavinha (MDB) - Não
José Medeiros (PL) - Não
Emanuelzinho (MDB) - Sim
Fábio Garcia (União) - Sim

DISPUTA GRANDE

Chico 2000 disse que PL está bem ciente de sua vontade de concorrer a Prefeitura de Cuiabá

A disputa para a vaga de Emanuel Pinheiro anda cada dia mais, disputada, vários nomes como do deputado Eduardo Botelho, Abílio e o presidente da Câmara Chico 2000 vem aparecendo nas pesquisas

Lucas Leite | Da Redação

Com as eleições municipais batendo na porta, o presidente da Câmara de Cuiabá, Chico 2000 (PL) afirma que está pronto para comandar a prefeitura municipal de Cuiabá. Chico que tem cinco mandatos como vereador, colocou seu nome à disposição para disputar a Prefeitura em 2024. O plano bate de frente com o deputado federal Abílio Brunini, que tem a mesma pretensão e aparece até bem colocado em pesquisas de intenção de voto.

Em uma entrevista para imprensa, Chico afirmou que o partido do PL está bem ciente de que ele quer disputar a vaga de Emanuel Pinheiro. "Não vou colocar, eu já coloquei, faz muito tempo, desde novembro do ano passado, já tem aí quase oito meses que coloquei o meu nome e o PL tem ciência disso", afirma o presidente.

Chico 2000, presidente do Diretório do PL de Cuiabá há 12 anos, não acredita em nenhuma hipótese que a pretensa candidatura de Abílio será pelo presidente nacional da sigla, Valdemar da Costa Neto ou pelo senador Wellington Fagundes. Conforme ele, o processo democrático será respeitado. "O PL que conheço não impõe decisões, mas discute com a base. A precandidatura do deputado Abílio é legítima assim como tenho legitimidade para pleitear a indicação".

Abílio, por outro lado, diz que o pleito de Chico é legítimo, mas, considera que ao se lançar na disputa, sem sinalizar apoio ao vice-prefeito José Roberto Stopa (PV), que também



Chico disse que vai discutir com os parlamentares sobre a possibilidade de elevar mais duas cadeiras no parlamento cuiabano, em 2024

pretende concorrer à chefia do Executivo, desagrada o grupo político de Emanuel Pinheiro. "O Chico 2000 não está apoiando o Stopa, o que é positivo para a oposição. Mostra que o grupo do Emanuel Pinheiro está se desagregando. Como eu disse, vamos fazer o debate sobre candidatura nas instâncias do PL", disse o deputado federal.

Novas cadeiras na Câmara

Chico disse que vai discutir com os parlamentares sobre a possibilidade de elevar mais duas cadeiras no parlamento, em 2024, devido o aumento no número de habitantes apontado pelo IBGE.

"Vou conversar com todos os vereadores, se essa for a vontade da maioria, vamos fazer um estudo sobre a criação de mais duas cadeiras no parlamento, de mais dois gabinetes e havendo esta possibilidade, inclusive, orçamentária, claro, discutiremos", disse após a divulgação dos dados, onde Cuiabá conta oficialmente 650.912 habitantes e a Constituição Federal estabelece que, quando o número de cidadãos for acima de 600 mil, a quantidade de vereadores pode chegar a 27, sendo assim, duas cadeiras a mais do que já existem atualmente.

"Para ser aprovado é preciso de maioria absoluta e para isso precisamos ouvir os 25 vereadores desta Casa e conhecer as opiniões. Já fiz algumas conversas não oficiais e tenho percebido uma adesão bastante positiva dos vereadores em relação à ampliação do número de cadeiras nesta Casa", disse.

LDO 2024

Parlamentares aprovam em primeiro turno projeto de LDO do estado para 2024

Por decisão do colégio de líderes, possíveis emendas à proposta só serão debatidas após o recesso

Da Redação

Os deputados estaduais de Mato Grosso aprovaram, nesta quarta-feira (5), em primeira votação, o Projeto de Lei 1399/2023, mensagem governamental 84/2023, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2024. A matéria foi aprovada sem discussões em plenário por conta, segundo o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Eduardo Botelho (União), de um acordo firmado no Colégio de Líderes, que protelou as alterações e emendas e audiências públicas para discutir a LDO em agosto, após o recesso parlamentar.

Para o próximo ano, o governo estima uma receita corrente líquida de R\$ 29,042 bilhões, um aumento nominal de 9,65%, se comparado com o orçamento de 2023, que foi projetado em R\$ 26,486 bilhões. Em justificativa à mensagem, o Poder Executivo destaca que "as diretrizes ora definidas estão em sintonia com os cenários político, econômico e social. O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024 resulta da realidade econômica e financeira do estado, considerando estimativas de receitas, de despesas e de metas fiscais em função da política fiscal vigente", diz na mensagem 84/2023.

A proposta traz um demonstrativo regionalizado para as renúncias de receita por tributo, para o exercício de 2024, em R\$ 11,8 bilhões. Desse montante, o governo pretende abrir mão de R\$ 10,7 bilhões de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mer-



Os deputados acolheram sem debates a proposta de LDO/2024 enviada à Assembleia Legislativa, deixando as discussões sobre detalhes do projeto para agosto quando retornarem das férias parlamentares

cadorias e Serviços), de R\$ 448 milhões de IPVA, R\$ 113 milhões de ITCD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos), de 30 milhões de taxas e R\$ 455 milhões de juros e penalidades.

O governo anuncia, na mensagem, para a Revisão Geral Anual (RGA-2024) dos servidores, 5,86%. O percentual está atrelado ao IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) de 2023. O impacto previsto na folha de pagamento é na ordem de R\$ 657,3 milhões. O reajuste passa a valer a partir de janeiro de 2024.

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Eduardo Botelho (União), que presidia a sessão, adiantou que vai ser elaborado um calendário para realizar as audiências públicas visando discutir a LDO de 2024. Botelho fez a justificativa por conta da iniciativa do deputado Lúcio Cabral (PT) de pedir vista da matéria durante a primeira votação nesta quarta-feira (5). O deputado pediu vista, mas depois das explicações do presidente da Casa de Leis, devolveu a matéria para votação.

É trabalho sem parar. De quem ama Cuiabá.

A prefeitura da humanização está mexendo o doce em todas as áreas e em toda Cuiabá.



A maior obra estruturante saiu do papel.



Conclusão da duplicação da Av. dos Trabalhadores, uma obra destravada nessa gestão;



Avanço da maior obra estruturante da história de Cuiabá, a Av. Contorno Leste. A primeira etapa já foi concluída.

Demos aula de responsabilidade com a Educação.



Construção de novos CEICs, verdadeiras creches em tempo integral;



Reforma e construção de novas escolas;



Criação do uniforme e kit escolar, um modelo que serviu de exemplo para todo o Estado;

Valorização dos servidores com capacitação, RGA integral com ganho real, sem perda de salário.



CUIABÁ
PREFEITURA